

Tradição das madalenas marca Semana Santa em Oliveira

_____ Página 04

19 de abril, dia de celebrar a influência dos ancestrais indígenas na nossa cultura

_____ Páginas 10 e 11

Entrevista: Superintendente do Iphan em Minas fala sobre a importância dos trabalhos em parceria

_____ Páginas 06 e 07



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 09



Sidney de Almeida

Com registros desde 1904, o costume se mantém até hoje, com moças de famílias locais se vestindo ricamente para representar a personagem bíblica

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...



Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

A necessidade de fortalecer a articulação entre as instituições responsáveis pela proteção do patrimônio histórico cultural ficou absolutamente clara ao assumirmos a gestão do Iepha/MG. Há pouco mais de um ano à frente da casa, estamos buscando a aproximação com naturais parceiros, tais como a regional mineira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério Público Estadual, mais especificamente a Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais.

O intuito é o de alinhamento das diretrizes, integração das políticas de preservação e estabelecimento de trabalhos conjuntos, na firme crença de que a união de forças pode garantir maior eficácia nesta contínua luta de proteção ao nosso rico patrimônio cultural.

Neste sentido, uma iniciativa que trouxe resultados extremamente positivos foi a realização de seminário conjunto, entre o Iepha e o Iphan, que reuniu a equipe técnica das duas instituições em grupos de trabalho, cujas conclusões poderão ser conferidas aqui no Bem Informado, a partir da edição de maio.

Já a Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural tem trabalhado lado a lado com o Iepha, num esforço conjunto para enfrentarmos as dificuldades que permeiam a área de preservação. Termos de Ajustamento de Conduta foram assinados ao longo desses meses e várias propostas têm sido efetivadas, por meio da união de esforços que se consolidam mais e mais a cada dia.

Outro resultado dessas parcerias é que, a partir de agora, o site do Iepha conta com links que remetem às páginas eletrônicas dessas instituições. Acreditamos que o intercâmbio de informações é essencial nessa área.

Além disso, buscamos aproximação com as instituições de proteção de outros estados. A partir de um primeiro contato com representantes de Espírito Santo, Pernambuco e Bahia, nasceu a ideia – que agora se concretiza – do I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural. Entre os dias 24 e 26 abril, estaremos reunidos, em Recife, com o objetivo de trocar experiências, identificar pontos de convergência, estabelecendo uma rede permanente de troca de informações.

Acreditamos que, por meio do fortalecimento dessas parcerias, será possível criar novas estratégias para dar sequência à desafiadora tarefa de cuidar de nossos bens culturais materiais e imateriais – lembrando ainda que, nessa jornada, é fundamental a participação das comunidades e da iniciativa privada.

Fernando Viana Cabral
Presidente

Peça Recuperada



Divulgação

Esta imagem de São Miguel e Almas foi apreendida em São Paulo, em agosto de 2003, numa ação da Polícia Federal. Ainda aguardando identificação de procedência, encontra-se acondicionada em reserva técnica da Superintendência de Museus de Minas Gerais. Esperamos, com sua divulgação, auxiliar em sua identificação, pois, devido a seu tamanho, tudo indica que pertença a alguma igreja.

A peça é em madeira policromada, possivelmente executada no século XIX. Suas medidas são: 1,07cm de altura x 0,90cm de largura x 0,33cm de profundidade.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrovaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m³ · Tiragem: 2.600 exemplares · Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



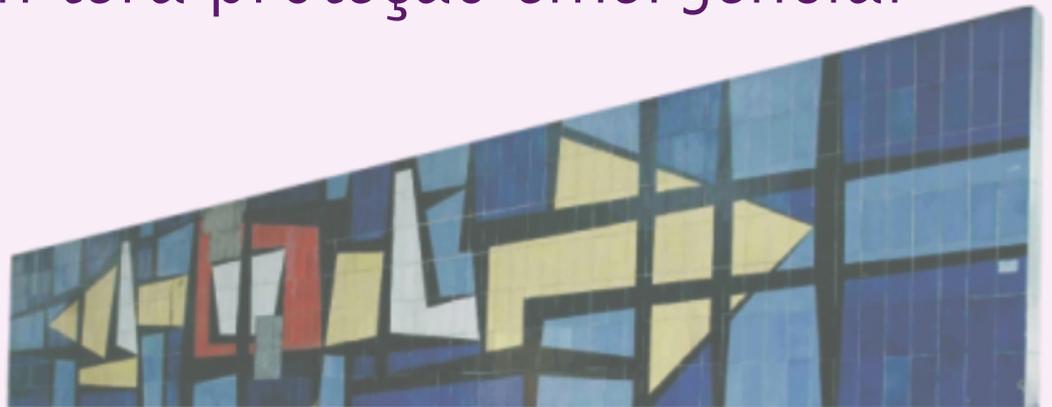
CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Painel do Detran terá proteção emergencial



O painel que se tornou marca da fachada do prédio do Detran, na Avenida João Pinheiro, 417, em Belo Horizonte, receberá uma proteção emergencial nos próximos dias. Feito em 1959, medindo 12,5x2,60 metros, o trabalho artístico em motivos geométricos, do pintor mineiro Mário Silésio, vem perdendo diversas peças cerâmicas que se descolam por conta do intemperismo, da degradação natural, da ausência de ações de conservação e mesmo pelo vandalismo.

A pedido do Detran, as gerências de Ação Preventiva e de Elementos Artísticos do Iepha realizaram um trabalho em conjunto de vistoria e diagnóstico do estado geral da obra, com indicações das ações de conservação e restauração

necessárias para o momento. A equipe elaborou ainda o projeto de uma estrutura em espuma, ethafoam, e plástico bolha que irá proteger o painel e evitará que suas peças cerâmicas continuem se desprendendo. Junto à proteção, será executada uma medida de fixação emergencial, com aplicação de uma massa especial nas bordas das cerâmicas que estão em desprendimento.

Tombado pelo patrimônio municipal de Belo Horizonte, o prédio do Detran – apesar de não ter proteção específica por tombamento estadual – integra o conjunto da Avenida João Pinheiro e da Praça da Liberdade e, pela sua importância arquitetônica, é objeto de preservação como bem cultural.

Coreto da Praça da Liberdade será restaurado



(da esq. p/ direita) – Presidente do BDMG Cultural, Washington Mello; secretário de Governo, Danilo de Castro; secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras; presidente da Anoreg/MG, Roberto Andrade; secretário Municipal da Regional Centro-Sul, Harley Andrade e vice-presidente do IEPHA/MG, Pedrosvaldo Caram Santos.

Pela parceria, o BDMG Cultural fica responsável pela elaboração do projeto arquitetônico – no valor de R\$ 12 mil – para a restauração, além de assumir a gestão do trabalho de execução das obras. Os recursos financeiros para a restauração ficam por conta da Anoreg/MG, enquanto o Iepha fica responsável pelo suporte técnico, acompanhamento e fiscalização do trabalho, que deverá atender às exigências técnicas do instituto por se tratar de bem tombado. O custo total da obra depende ainda dos detalhes do projeto arquitetônico, mas está estimado em cerca de R\$ 120 mil.

O acordo estabelece o prazo de 205 dias corridos, a partir da assinatura, para a conclusão do trabalho, o que significa que os belo-horizontinos poderão comemorar a devolução do coreto, completamente revitalizado, em outubro.

| Quase centenário – Erguido no centro da Praça da Liberdade em 1913, o artístico coreto de ferro com base em alvenaria sempre foi espaço tradicional de cultura e lazer para a população. Por décadas, aos domingos, ali se reuniam inúmeros belo-horizontinos para apreciar as retretas promovidas pela Banda Musical do 1º Batalhão da Brigada Policial de Minas Gerais.

Dias contados para o fim da interdição do coreto da Praça da Liberdade, em BH. No último dia 12 de abril, foi assinado um termo de cooperação entre o Iepha, o Instituto Cultural do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG Cultural) e a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais (Anoreg/MG), que garante o início da restauração de um dos maiores ícones da capital mineira nas próximas semanas.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade foi tombado pelo Iepha/MG em 1977. De acordo com os levantamentos reunidos no dossiê de tombamento, o coreto já fazia parte do projeto original da praça, concebido pelo arquiteto Luiz Olivieri e – após a remodelação do espaço por ocasião da visita dos reis Belgas a Belo Horizonte, em 1920 – teria sido o único elemento preservado do antigo desenho da praça.

Na Semana Santa de Oliveira Maria Madalena é rainha

Celebrações religiosas diversas tomam conta de Minas Gerais durante a Semana Santa, com destaque para as procissões. Em Corinto, mais de 150 integrantes encenam a vida de Jesus por dez noites consecutivas, finalizando no Domingo de Páscoa com uma procissão que atrai cerca de 1.500 fiéis. No centro histórico de Caeté, procissões percorrem as ruas com a participação tradicional dos “figurados” – pessoas da comunidade que se vestem como personagens bíblicos. Mas é em Oliveira, a 165 quilômetros da capital, que uma personagem não tão convencional ganha grande destaque: Maria Madalena.

Apesar de, no Novo Testamento, ser descrita como uma das discípulas mais dedicadas e fiéis de Jesus, sendo inclusive quem recebeu a notícia de que Cristo havia ressuscitado, por muitos séculos Maria Madalena foi lembrada somente como a prostituta arrependida que lavou os pés de Jesus com as próprias lágrimas. Não se sabe ao certo, porém, se esta Madalena é a mesma que quase foi apedrejada por ter cometido adultério.

Pois é essa personagem bíblica que, em Oliveira, passou a ser representada por moças das famílias locais como rainha, com suas vestimentas, joias e diadema. Segundo Heraldo Laranjo, arquiteto e morador da cidade, essa rica representação pode ter sido inspirada na tradição que atribui a Madalena uma condição de riqueza, “por ela experimentada antes de sua conversão, e não quando se tornou discípula e companhia do Cristo”.

Trecho do livro História de Oliveira, de Luis Gonzaga da Fonseca, escrito em 1942, aponta que a tradição das madalenas pode ter surgido na cidade ainda no século 19 sendo, porém, registrada somente a partir de 1904, de acordo com documento encontrado no arquivo da Igreja dos Passos, que contém os nomes de todas as jovens que representaram a personagem.

Laranjo conta que, conforme a evolução de costumes e da moda, durante mais de cem anos ininterruptos em que as procissões contaram com a representação de Madalena, a vestimenta e os penteados das jovens sofreram alterações. “Há fotos da década de 1920 em que se notam os figurinos *art-nouveau*, ou da *Belle Époque*, assim como há jovens da década de 1960 que seguiram os penteados e vestidos armados próprios daquela geração. Já as Madalenas da década de 1950 aderiram aos figurinos inspirados nos filmes épicos de Hollywood, bem ao gosto daquela fase da indústria cinematográfica”, comenta.

Alguns itens são comuns a todas as Madalenas de Oliveira: o vestido branco bordado, de cauda e mangas largas, a capa azul de veludo, também bordada, e a longa cabeleira, que, no passado,



Fotos reprodução

era natural e bem mais longa. “Outro atributo da figura é a naveta, que Madalena leva nas mãos na procissão, e que, no interior da igreja matriz, é usada para unguir com perfume os pés do crucificado e a imagem de Nosso Senhor Morto”, conta Laranjo.

Principalmente nas décadas de 1930 e 1940, as bordadeiras, figuras tradicionais na cidade, começavam a preparar as roupas com bastante antecedência. Hoje, ainda se conta com uma típica entusiasta desse ofício: Dona Mariinha, que já confeccionou dezenas de vestidos. Atualmente a representação de Maria Madalena continua sendo um marco na cidade. Há famílias que contam com três gerações de moças que a representaram e há fila de espera com o nome de diversas candidatas.

Iepha reforça inventário



Uma nova rotina em relação ao procedimento de inventário foi adotada pelo Iepha, visando a uma maior proteção do acervo móvel e integrado de bens tombados. A partir de agora, todos os responsáveis pelo bem tombado irão contar com uma cópia do inventário realizado pela Gerência de Identificação (GID), um termo de recebimento com orientações de vigilância.

Segundo Angela Dolabela Cãnfora, gerente da GID, a ideia é aumentar a proteção dos bens e instruir os responsáveis como agir em casos de roubo ou desaparecimento. Uma das orientações contidas no documento é o que fazer em caso de veículos

suspeitos próximo ao bem tombado: “Recomenda-se enfaticamente a anotação da placa do veículo, bem como das características físicas, ou até mesmo fotografia, de modo a facilitar a averiguação de localização e identificação dessas pessoas e seus meios de transporte, se for necessário”.

Instrumento de identificação e proteção, o inventário é um registro perene de informações relativas ao bem, podendo tanto orientar ações de preservação quanto de restauração. Segundo Angela Cãnfora, o inventário de bens culturais tem sido um trabalho contínuo do Iepha ao longo de sua existência, mas foi intensificado a partir da aprovação, no final de 2008, do Plano Estadual de Inventário.

| Jequitibá

No último mês de março, o pároco da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, de Jequitibá, padre Evandro Bastos, foi o primeiro a receber o novo termo (foto). Segundo Angela, o inventário da igreja foi concluído em 2009, mas o pároco anterior não entregou o documento ao atual.

O Iepha enviou também projeto à prefeitura local para que seja feito o escoramento da edificação. Para realização desta obra, todos os bens móveis devem ser transferidos para um lugar seguro. “Em casos de deslocamento de bem inventariado, é importante que o responsável nos comunique, com antecedência, para onde ele está sendo levado”, adverte Angela.

Dia Internacional de Monumentos e Sítios



Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas

No dia 18 deste mês comemora-se o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, assim designado pela Unesco, em 1982. A cada ano é selecionado um tema para contribuir com a promoção do patrimônio cultural em todo o mundo. O objetivo é propor uma reflexão sobre o tema e estimular as comunidades locais e os diversos atores sociais a considerarem a importância do patrimônio em seu cotidiano e em suas identidades. Em 2012, o tema é Patrimônio Mundial.

Foi em 1972 que a Unesco adotou a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, incluindo num único documento as duas categorias. Assim o órgão internacional consagrou a ideia de que existem bens cujos valores e significado extrapolam as fronteiras do país onde se localizam e cuja perda ou deterioração implicariam em um empobrecimento de toda a humanidade.

O reconhecimento do caráter de Patrimônio Mundial de um bem implica na consciência de um patrimônio compartilhado e um compromisso comum para sua conservação e transmissão às gerações futuras. Neste sentido, pode-se considerar a convenção como um instrumento para promover o respeito à diversidade cultural, à cooperação internacional, à compreensão e à paz entre as nações.

A Convenção do Patrimônio Mundial é considerada a de maior êxito de todas as convenções ratificadas pela Unesco. Hoje ela conta com a adesão de 188 países e a lista de monumentos e sítios considerados patrimônio mundial inclui 936 bens, dos quais 725 são culturais, 183 naturais e 28 mistos. O Brasil aparece com 18 bens reconhecidos, sendo três deles em Minas Gerais: a cidade histórica de Ouro Preto (1980), o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (1985) e o Centro Histórico de Diamantina (1999).

O Comitê do Patrimônio Mundial é composto por 21 países que são encarregados de implementar a convenção. É importante observar que a soberania dos estados partes em nenhum momento é atingida, já que os bens submetidos ao comitê têm que já contar com proteção pelas legislações nacionais. Por isto, vale ressaltar, é incorreto dizer que a Unesco tombou determinado bem em algum país.

Parcerias fortalecem atuação



Acervo Iphan/MG

Engenheiro eletricista, licenciado em História e mestre em Artes Visuais com foco em Conservação e Restauração. A formação multidisciplinar é marca impressa na atuação do superintendente estadual do Iphan em Minas, Leonardo Barreto. Some-se a isto a experiência de seus mais de 25 anos de casa e o entusiasmo de recém-chegado, e o patrimônio mineiro comemora uma nova fase de muitas mudanças.

Como tem sido a atuação do Iphan em Minas hoje e quais os principais projetos?

Nosso foco hoje é dar continuidade a uma reestruturação da casa. Ao chegarmos aqui, nossa sede precisava de uma restauração, que iniciamos em 2006. Concluída, começamos a trabalhar o galpão anexo, onde será a 'Casa do Patrimônio'. Esta ação faz parte de uma iniciativa do Iphan de transformar seus escritórios técnicos em centros integrados de patrimônio, indo além do conceito de ser um órgão puramente fiscalizador para também buscar sempre a interação com a comunidade, fomentando ações de valorização e preservação do patrimônio cultural. Dentro desta lógica, este espaço vai ser interface com a comunidade, não só belo-horizontina, mas de toda Minas Gerais.

O que está sendo pensado para a Casa do Patrimônio?

Minas sempre teve grande tradição na restauração de bens móveis integrados. Queremos trazer esta expertise para dentro do Iphan, com muitos parceiros. Contaremos, por exemplo, com o Museu de Artes e Ofícios, que entraria com boa parte da mão de obra, formada pelos jovens que são treinados por eles para serem auxiliares de restauração. Aqui eles

fariam uma pós-graduação, com acompanhamento dos professores da pós-graduação do Cecor, que também será um parceiro, assim como a Universidade de Sevilha, da Espanha. A ideia é que este seja um centro de excelência no Brasil na restauração de bens móveis integrados, assim como o Palácio Gustavo Capanema, no Rio, vai ser um ponto do Iphan e Unesco que vai trabalhar a gestão do patrimônio. Nosso espaço também deve ser muito procurado pela Associação das Cidades Históricas, já que os municípios poderão trazer sua demanda de restaurações para a nossa oferta de trabalho. A proposta é termos preços muito interessantes para estas prefeituras e comunidades, que teriam a possibilidade de fazer o trabalho de forma muito mais barata e de excelente qualidade técnica. Há também uma proposta da UFMG de termos um laboratório móvel, cuja base seria aqui, e que poderia atender as diversas áreas.

Quais outras ações serão preparadas para a Casa do Patrimônio?

O espaço é muito generoso e vai poder abrigar inúmeras atividades, dentro de um caráter absolutamente multifacetado. Poderemos atender demandas diversas, trabalhar o patrimônio imaterial, exposições de arte contemporânea, sessões de obras da cinemateca brasileira, dentre tantas outras coisas. Teremos espaços com divisões em vidro que permitirão às pessoas acompanhar o processo de restauro, e também teremos aqui uma imensa área multiuso e um auditório.

Desde 2007, o Iphan é responsável pela salvaguarda da memória ferroviária. Quais as principais ações desenvolvidas nessa área em Minas?

De início, precisávamos de marcos legais, que conseguimos ir formatando com a parceria e o apoio da Procuradoria Federal, com o Ministério Público Federal e o Estadual. É um processo em curso, mas muitas coisas já foram delineadas para uma ação mais concreta. Além disso, centramos um esforço maior nos bens imóveis, com o levantamento e o inventário das edificações, do ponto de vista de sua valoração cultural; e vamos agora iniciar o levantamento dos bens móveis. Este desafio tem nos proporcionado ainda oportunidades, como estarmos ocupando um bem que já foi da Rede Ferroviária, além de ter também sido designada ao Iphan outra edificação (à Rua Sapucaí, próxima à sede da superintendência), que abrigará o nosso Centro de Memória Ferroviária, com um espaço de preservação de acervos documentais e outro dedicado ao ferromodelismo, dentre tantas outras ações. Teremos também um trabalho voltado ao ofício do ferroviário, que será desenvolvido via Museu de Artes e Ofícios.

Na área da arqueologia, o que a superintendência tem trabalhado?

Minas tem um patrimônio arqueológico de extrema importância no Brasil, principalmente no caso da carste de Lagoa Santa. E lá pretendemos instalar nosso Centro de Arqueologia de Minas Gerais. Estamos estabelecendo parcerias para que seja um grande espaço de reserva técnica, recebimento, estudo e socialização do acervo arqueológico. Com o apoio do Ministério Público Federal e o Estadual, as negociações estão bastante adiantadas e estamos com grande expectativa para implantarmos este centro aqui muito em breve.

Alguma alteração para os escritórios técnicos em Minas?

Uma novidade muito bacana é que estamos fechando um convênio com a cidade de Paracatu para que se crie um novo escritório técnico na cidade. A ideia é ele ser algo novo não só por poder atender a esta cidade, que teve tombamento recente pelo Iphan, mas, principalmente, na estruturação, já que ele deve ser uma parceria com a prefeitura e com o Iphan, tornando-se o primeiro escritório técnico conjunto.

do Iphan/MG

Acho que esta é uma iniciativa muito importante e que só está sendo possível a partir da chegada, na Secretaria de Cultura, da Eliane Parreiras, e, no Iepha, do Fernando Cabral, porque iniciamos de fato uma parceria muito positiva que começa a ter frutos.

Podemos esperar, então, um fortalecimento desta parceria entre Iphan e Iepha?

Temos uma responsabilidade muito grande; pelo acervo do estado e pela tradição que têm a superintendência do Iphan em Minas Gerais e o Iepha. Pela primazia da sua criação e pelo enorme e importante trabalho já desenvolvido, somos referência para o restante dos estados brasileiros; muitos dos quais ainda sequer têm órgãos e ações voltados para a preservação do patrimônio, e outros tantos estão muito fragilizados. Nossa responsabilidade é imensa porque muitos estados se espelham no que acontece aqui. Acho absolutamente necessária esta aproximação, esta parceria, para que continuemos cumprindo nossa missão de pioneirismo no patrimônio cultural brasileiro, na defesa da cultura nacional, incentivando para que outras parcerias produtivas aconteçam através do bom exemplo de Minas. Nossa grande expectativa é que isso também seja compartilhado pelos servidores de ambas as instituições e assimilado pelas equipes como um passo à frente. Parcerias bem construídas não significam perda de competência nem submissão. Significam que nós, em um processo adulto e profissional, conseguimos trabalhar bem juntos.

Um fruto muito positivo desta parceria foi a realização, no ano passado, de um seminário conjunto integrando servidores das duas instituições. Desta sintonia podem surgir novas realizações conjuntas?

O Seminário foi mesmo muito bacana e foi um primeiro passo, mas ainda há muito o que caminhar para termos de fato uma integração entre as equipes. É claro que divergências conceituais fazem parte dessa área que tem, muitas vezes, um caráter subjetivo. A parceria não significa que os órgãos estão abrindo mão das suas competências. Muitas vezes podemos ter discordância. Isso é natural, e cada um vai agir dentro das suas competências. O que entendo é que temos muito mais pontos convergentes do que divergentes. É importantíssimo que a parceria seja mantida. Nós temos também uma série de parcerias com diversos outros órgãos, como os Ministérios Públicos Federal e Estadual, o MAO, UFMG, e com tantas prefeituras e associações, em que as competências estão muito bem delimitadas por lei.

Qual deve ser o principal direcionamento deste esforço conjunto entre as instituições?

Estamos em um processo muito rápido de conscientização das pessoas da importância da preservação do patrimônio cultural como seu marco referencial enquanto cidadão mineiro, brasileiro, do mundo. Como é um processo, nós buscamos colaborar para acelerá-lo, divulgando nosso trabalho. Acho que ambos, Iepha e Iphan, trabalham muito e têm pouca visibilidade. Existe uma frase de guerra de Churchill: "Nunca tantos deveram a tão poucos"; eu acho que a preservação do patrimônio tem uma coisa mais ou menos assim. Nunca a preservação de tantos bens se deveu a tão poucas pessoas. É um trabalho hercúleo; e é de vocação.

Paracatu teve tombamento federal recente, e o senhor, como membro do Conep, acompanhou o tombamento estadual dos centros históricos de Pitangui e Oliveira. Estes municípios têm uma caracterização muito

diferente de Ouro Preto e Mariana, por exemplo. Como funciona este reconhecimento pelos órgãos de proteção e pela própria comunidade local do valor histórico destes núcleos mais heterogêneos?

Para explicar melhor, temos que fazer uma pequena digressão. Na verdade, a maior parte destes tombamentos – de Ouro Preto, Mariana, Diamantina e outros – se deu no período das décadas de 1930, 40, onde se buscava a proteção pelo risco que se corria. Além destes conjuntos oriundos do Ciclo do Ouro e do Diamante – até pelo trabalho imenso que isso significava – não houve pernas para dar a devida valoração para outros conjuntos importantíssimos que precisam também ser protegidos. Assim, na década de 1990 foi feita a proteção de Cataguases como um conjunto modernista, de que é exemplar importantíssimo. Mas o Iphan ainda tem uma grande dívida – e esta lacuna foi parcialmente resolvida pela ação do Iepha –, com os conjuntos urbanos e mesmo com o patrimônio edificado oriundo do século XIX e início do XX.

Temos cidades fantásticas, conjuntos importantíssimos que, com certeza, mereceriam toda nossa atenção e a do Iepha, e cujos tombamentos não fizemos ainda por absoluta falta de recursos humanos. São inúmeras cidades; por exemplo, as estâncias hidrominerais, que tiveram um papel importantíssimo na história deste país, inclusive do ponto de vista medicinal no início do século XX e que têm arquitetura maravilhosa. Paracatu é outro exemplo disso. É um conjunto urbano que teve primordial importância em toda a ocupação do centro oeste brasileiro. Sua arquitetura se reflete na sua cultura e sua cultura se reflete e se espelha em toda a região de Goiás.

Há um trabalho diferenciado com núcleos urbanos tombados?

Toda vez que a gente entra em um conjunto urbano para fazer uma proteção, o trabalho é muito difícil. Porque o entendimento do que isso significa ainda é de difícil assimilação pelas comunidades. No caso de Paracatu, temos conversado sobre a necessidade de fazer por lá algumas ações, quem sabe em conjunto com o Iepha, para esclarecimento da população sobre o que é ter um conjunto protegido pela União ou pelo Estado, qual é essa dimensão e o que isso tem de dever e de direito. Essa aproximação mais técnica vai ser muito facilitada quando tivermos um ponto de apoio conjunto na cidade. Notamos que os conselhos de cultura ainda não têm muita clareza de como é esse trabalho, o que pode ser feito em parceria com ambos os órgãos, como são esses procedimentos, como devem ser criadas as tramitações, além de conceitos e critérios que devem ser adotados. É um trabalho técnico complexo e que demanda muita ação de educação patrimonial e de esclarecimento técnico.

Quais são hoje os desafios do Iphan com o patrimônio de MG?

O grande desafio é a recomposição dos quadros técnicos para fazer face aos antigos e aos novos desafios da casa. Ao longo do tempo, tivemos uma grande perda de número de servidores, e não só precisávamos ter recomposição para demanda passada como precisamos de um acréscimo para demanda futura, na área da arqueologia e do patrimônio ferroviário. Nós temos hoje só 32 técnicos para atender o estado todo. Tirando quem ocupa funções administrativas, como eu próprio, nós temos apenas 27 técnicos para visitar todas as cidades. Este é o maior desafio hoje.



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Igreja de Pedra – São Tomé das Letras

O detalhe desta edição fica na Capela de Nossa Senhora do Rosário, também conhecida como Igreja de Pedra, uma referência da cidade de São Tomé das Letras. É a porta deste exemplar clássico da arquitetura local, onde a maioria das casas foi construída com pedras sobrepostas, extraídas da própria região, sem qualquer tipo de argamassa. Sua construção começou no século XVIII, presumivelmente por iniciativa de escravos, como era comum à época, e permaneceu inacabada até muito recentemente, sendo finalizada em 1982. Em 1985, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi tombado pelo Iphan. Recebeu proteção dirigida, em processo à parte do que cuidou do tombamento do Centro Histórico, por se localizar fora do perímetro para o conjunto.

São Tomé das Letras teve sua origem na segunda metade do século XVIII e ficou conhecida como *Cidade das Pedras* e também como *Cidade Mística*, porque muitos acreditam que um dos sete pontos energéticos da Terra está ali, atraindo para a região sociedades espiritualistas, científicas e alternativas. Outra explicação para o misticismo seria a localização sobre uma imensa jazida de itacolomito ou pedra de São Tomé, conhecida por não armazenar o calor do sol, emitindo toda a radiação que recebe.



Acervo Iphan/MG

Rochas afloram no meio do aglomerado urbano, criando interessante paisagem. Delas derivam a mais tradicional técnica construtiva local, com edificações em pedras aparentes, demonstrando como a paisagem natural por lá é elemento cultural e determina a identidade local.



BLOCO DE NOTAS

| ERRATA

Na iconografia de Santo Antônio, de autoria da Gerente de Elementos Artísticos do Iphan, Ana Panisset, publicada nas páginas 11 e 12 da edição de março do Bem Informado, por um erro de revisão, os séculos em que o santo viveu saíram errados: onde se lê “fim do século 12 e parte do 16”, leia-se “fim dos século 12 e parte do 13”. Além disso, faltou a explicação para a invocação de casamenteiro dada ao santo, que publicamos a seguir: “Não se sabe ao certo a origem dessa atribuição. Alguns dizem que provém do fato da data de comemoração do santo ser no solstício de verão, época da fertilidade. Outros apontam para a história/lenda de que no século XIV, em Portugal, premida pela miséria [...], uma mãe decidiu prostituir a filha. Inconformada, a jovem foi à igreja orar, para que Santo Antônio a livrasse daquela desonra. Das mãos do santo caiu um papel. Era um bilhete endereçado a um comerciante, pedindo que ele desse à moça, em moedas de prata, o equivalente ao peso daquele papel. Recebendo o bilhete, o comerciante achou graça, e começou a colocar moedas no prato da balança. O equilíbrio só ocorreu quando foram ajuntados cerca de 400 escudos. A notícia correu e muitos rapazes procuraram conhecer aquela moça, tão devotada quanto honrada. E ela conseguiu um bom casamento. Há uma versão paralela, em que a moça não podia se casar porque não tinha dinheiro para o 'dote' ”.

| Links parceiros

Na coluna do lado esquerdo do site do Iphan, os internautas podem acessar links que remetem a páginas de nossos parceiros: Iphan Seção Minas Gerais e Ministério Público Estadual. Também o Iphan ganha espaço no sítio eletrônico do MPE, fortalecendo a divulgação de informações sobre a preservação de nosso patrimônio cultural.



Acervo Iphan/MG

| Comunidade dos Arturos

No Sábado de Aleluia, dia 7 de abril, uma equipe de técnicos da Gerência de Patrimônio Imaterial do Iphan esteve na Comunidade dos Arturos, em Contagem (foto), registrando a festividade que marcou a abertura do Ciclo do Reinado. A celebração contou com manifestações culturais como o Candombe e o Congado, e teve como ponto alto a inédita coroação de um rei e uma rainha de Santa Efigênia, cujos reinados são vitalícios.

Núcleo Histórico Ferroviário – Juiz de Fora



Fotos: Acervo Iepha/UFJF

Cartão postal de Juiz de Fora, prédio da Estação Central é de 1905 (foto 1). A poucos metros, a Estação Leopoldina (2), hoje, Museu Ferroviário, onde o visitante revive a história do trem em ambientes como nas fotos 3 e 4.

No mês em que se comemora o Dia do Ferroviário, 30 de abril, o Bem Tombado traz um mergulho na história das estradas de ferro e do ofício que tantas marcas deixaram na memória de nosso país. Em Juiz de Fora, em meio a um cenário que parece congelado no tempo, um vasto acervo preserva os tempos da Maria Fumaça, com peças de mobiliário, instrumentos de trabalho, medição e comunicação, além de locomotivas reais e miniaturas e elementos originais dos carros de passageiros. Junto ao acervo bibliográfico e fotográfico, os mais de 400 objetos são testemunho das origens e evolução da ferrovia em Minas e no Brasil.

Inaugurado em 1985, com o nome de Núcleo Histórico Ferroviário, o espaço foi rebatizado Museu Ferroviário de Juiz de Fora após uma completa reformulação, em 2003, e recebeu o tombamento estadual pelo Iepha em 2005. O prédio onde foi instalado o museu tem estreito vínculo com a história da ferrovia no município. No mesmo local, erguia-se em 1884 a primitiva Estação da Estrada de Ferro Leopoldina. Demolida em 1928, deu lugar ao edifício atual, inaugurado um ano depois.

Para reviver a história do trem, nada melhor do que dar um giro pela sala da Agência da Estação. Ali vemos o mobiliário utilizado na época, a estante de bilhetes, a cabine de vendas, o telefone – todos intactos como se o trem estivesse na hora de chegar ou de partir. Para entender e reviver o glamour da

ferrovia, um ponto alto do acervo é a réplica de uma cabine de primeira classe: a decoração luxuosa e os assentos confortáveis chamam a atenção do público, assim como a atração do lavabo exclusivo. Outro destaque são duas locomotivas originais de 1913, que circularam pela Estrada de Ferro Central do Brasil: a alemã “Nº 1” e a francesa “Nº 7”, mais conhecida como *A Duquesa*.

A poucos metros da Estação da Leopoldina, onde hoje funciona o museu, brilha imponente a Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil (originalmente, Estrada de Ferro Dom Pedro II), principal cartão postal da cidade. A inauguração da Estação Central marca a chegada da primeira ferrovia ao município, em 1875, no auge do período cafeeiro, e da forte demanda pelo escoamento da produção. Um ano após a sua abertura, a Estação de Juiz de Fora já ocupava o quarto lugar em importância na receita ferroviária. Com o gradativo aumento do fluxo de cargas e passageiros, a administração da Estrada de Ferro inaugurou, em 1905, uma nova Estação, com todas as estruturas e serviços necessários.

Margeando o complexo ferroviário, instalado na região central da cidade, a Praça da Estação tornou-se uma referência no município, um local com grande fluxo de pessoas e produtos e palco de grandes acontecimentos políticos da cidade. Era ali a chegada de autoridades, os comícios, as manifestações políticas e de cunho social, incluindo o comício pelas Diretas Já, na década de 1980, que visava ao fim do regime ditatorial no Brasil e a reinstalação da democracia.



Todo dia ainda é dia de índio

Renato Cesar José de Souza*



Detalhe do vitral das Termas do Complexo Hidrotermal de Araxá

As palavras da música de Jorge Benjor, abaixo, (no LP Bem-vinda amizade, de 1981), também gravadas por Baby do Brasil, contrapõem o tempo em que as diversas etnias indígenas dividiam apenas entre elas o imenso território hoje ocupado pelo povo brasileiro – herdeiro da civilização de colonizadores europeus – à atualidade que incorpora os índios sobreviventes a uma assimilação violenta, resultando numa minoria social e étnica, cuja existência o calendário relembra, oficialmente, numa data específica.

O Dia do Índio, 19 de abril, foi criado pelo presidente Getúlio Vargas (Decreto-lei 5.540, de 1943), e relembra a data, em 1940, na qual várias lideranças indígenas do continente decidiram participar do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, e que criou o Instituto Indigenista Interamericano para zelar pelos direitos dos indígenas na América. O Brasil só aderiu ao instituto após a intervenção do Marechal Rondon.

Na ativação de nossa consciência coletiva, forjadora de nossa identidade e de nosso imaginário, torna-se, então, relevante recordar o ancestral que se viu, como inúmeras espécies animais e botânicas, próximo de ser extinto pelos violentos avanços de um tempo avassalador, em que o novo devora o velho.

Assim como o compromisso com os bens culturais e históricos, formadores de um patrimônio permanentemente ameaçado, o elemento indígena, quer pela sua mera presença humana quer pelos seus hábitos de vida e suas leituras do mundo, formadores dos modos de agir tradicionais do brasileiro, merece a celebração de sua memória – o grande antídoto contra o esquecimento.

Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, em seus distintos trabalhos antropológicos, notaram a importância da cunhã (a mulher índia) na matriz cultural brasileira, ainda ressaltada nas recentes pesquisas genéticas sobre nossa atual população.

Curumim, chama Cunhatã/ Que eu vou contar/ Todo dia era dia de índio/ Todo dia era dia de índio./ Curumim, Cunhatã/ Cunhatã, Curumim/ Antes que o homem aqui chegasse/ As Terras Brasileiras/ Eram habitadas e amadas/ Por mais de três milhões de índios/ Proprietários felizes/ Da Terra Brasilis./ Pois todo dia era dia de índio/ Todo dia era dia de índio./ Mas agora eles só têm/ O dia 19 de Abril/ Mas agora eles só têm/ O dia 19 de abril.



Forro de esteira, legado de nossos índios

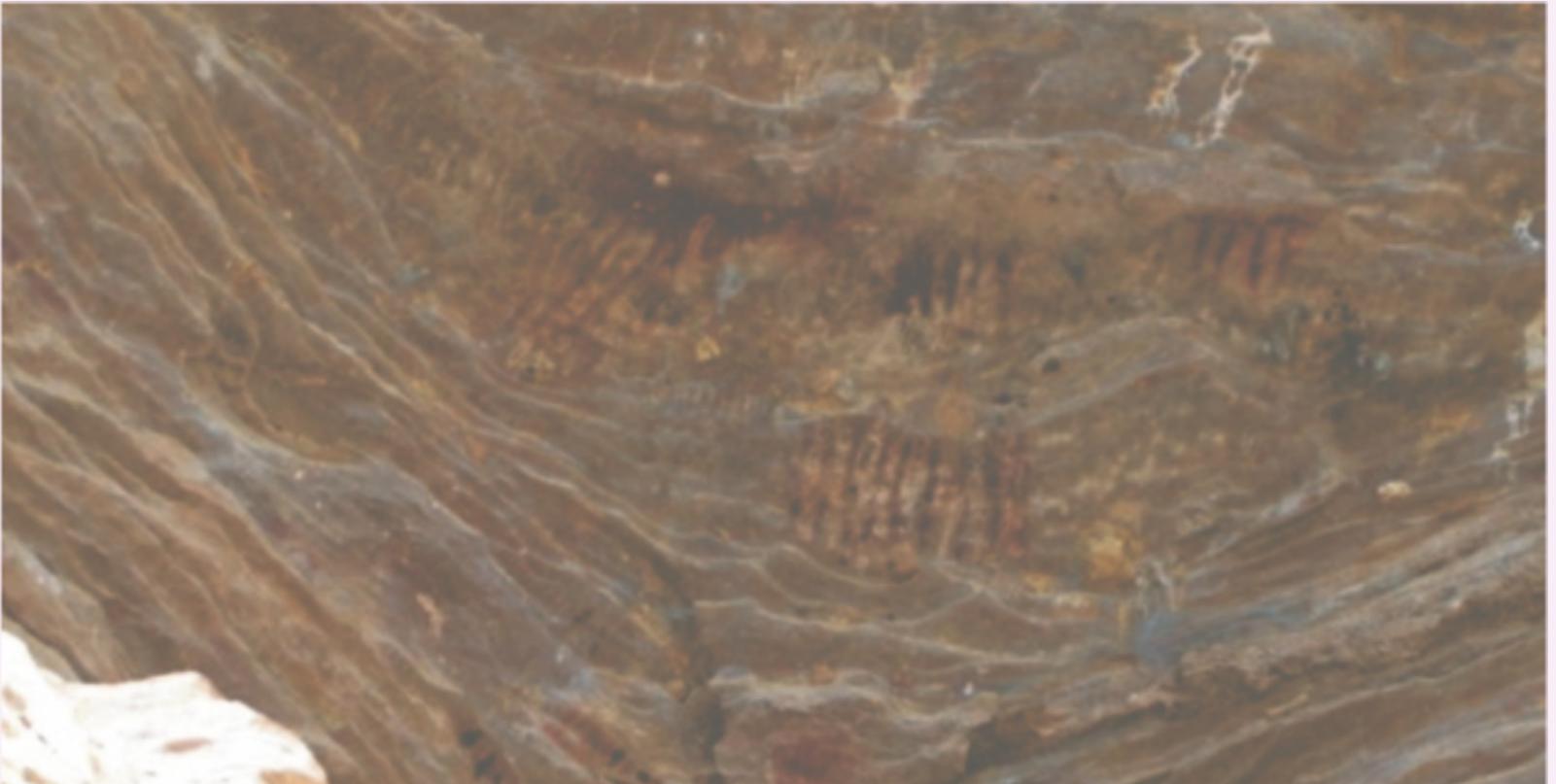
Como professor de Arquitetura Brasileira, sempre me preocupei em mostrar aos alunos, antes mesmo das influências externas da Europa, a contribuição dos ameríndios e dos africanos na construção da arte, da cultura e da arquitetura do Brasil. E sempre obtive uma resposta muito boa por parte deles, às vezes cheia de curiosidade, outras vezes de espanto, por ver que, no fundo, nossas vidas ainda estão cheias dos presentes de nossos antepassados. Isso faz com que nos reconheçamos mais profundamente brasileiros.

Curiosamente, quando falamos em patrimônio, vem à mente de todos o legado de fundo europeu, presente tanto na arte barroca quanto na arte moderna. Mas os próprios modernistas, que nos legaram a ideia de um serviço público ligado à preservação de nosso passado, também se deram conta da importância da tradição indígena, expressa tanto nos manifestos de Oswald de Andrade, vendo uma atitude antropofágica em nossa sobrevivência cultural, quanto na criação literária de Mário de Andrade, cujo ponto mais alto é a rapsódia de temas indígenas, *Macunaíma*.

A língua geral, que, no período colonial, predominou no cotidiano dos habitantes que conformavam o amálgama que resultaria no homem brasileiro, pode ser lida por qualquer viajante na sinalização das estradas de Minas, com a persistência do vocabulário tupi-guarani na denominação de cidades, serras e rios: Mantiqueira (*amantikiba*, serra que chora); Suaçuí (rio do veado); Itambé (pedra de amolar); Itacambira (pedra pontuda que sai do mato); Piracicaba (*pira-ci-cava*, montanha em que para o peixe); Araxá (*ara-xá*, ponto em que se vê o dia); Ibituruna (serra negra); Caeté (*caha-ete*, mato denso); Guaicuí (*uaimi-i*, rio das velhas famílias, origem do nome do rio das Velhas). O próprio nome do país deriva de *ibirapitanga*, madeira vermelha ou pau-brasil.



Parede de pau-a-pique, na Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale



Pintura rupestre na Lapa do Sumidouro, em Pedro Leopoldo

À primeira vista, o registro da presença indígena em Minas Gerais, fora das poucas comunidades remanescentes parece quase apagado, mas sobrevive nas inscrições das grutas e em outros importantes vestígios arqueológicos que constituem nosso mais antigo bem patrimonial, testemunho de sua arte, de seus hábitos de viver ou tratar a morte e de sua necessidade de comunicação.

Suas eficientes técnicas construtivas, com o uso das fibras vegetais em suas construções, mostram-se ainda úteis na arquitetura rural ou de lazer, como em quiosques de piaçava e sapé. Foram elas, com certeza, que ajudaram a moldar os primeiros abrigos dos nossos mineradores, que, acampados em arraiais na margem dos córregos, abrigaram-se em tejupabas (de *teyu'pab*: pequena choça ou palhoça) que lhes garantiam a posse de suas datas.

As paredes de pau-a-pique espalhadas por todo o país mesclaram os modos de construir português e indígena, fixando tramas de paus roliços e varas amarradas com os cipós dos nossos índios, além de receberem a cobertura vegetal que marcou o início de cada povoação no Brasil.

Ainda hoje a técnica de tecer fibras vegetais, por exemplo, a taquara (de *ta*, forte, e *quara*, buraco) está presente em cestas, peneiras, forros de teto, esteiras, revive, na habilidade dos artesãos, um modo peculiar de construir o cotidiano.

Por sua vez, a cerâmica, tão rica em nossa arte popular – como ainda hoje no Jequitinhonha –, é também uma antiga prática de várias etnias, em utensílios ou figuras de barro. E hoje a técnica de se queimar a cerâmica em fogueiras a céu aberto, método primitivo adotado pelas etnias indígenas, continua presente nas tradicionais panelas de barro capixabas de Goiabeiras, em Vila Velha, protegidas pelo Iphan como patrimônio imaterial do Brasil.

Na alimentação, devemos aos nossos indígenas pratos tradicionais como a tapioca, o beiju e a moqueca. Do costume indígena de cozinhar fora de casa, à sombra das ocas, o português adotou a cozinha no fundo da casa, quase aberta, hábito que se mantém pelo interior afora na permanência de uma cozinha “de fora” e uma cozinha “de dentro” nas velhas casas brasileiras.

E que dizer dos brinquedos que, por séculos, entretiveram a infância brasileira herdados dos nativos da terra, como a arapuça ou a cama-de-gato? Um esporte contemporâneo, a peteca (de *peteka*, bater com as mãos), tem sua origem numa forma de divertimento dos curumins.

Por meio desses exemplos, cremos que podemos dizer que todo dia ainda é dia de índio, lembrando-nos, por fim, de um hábito atual, quando consumimos, em casa ou nas sessões de cinema, a pipoca (de *py-poca*, ou epiderme partida ou estalada), alimento comum aos indígenas de todo o continente americano e registrado poeticamente numa das obras formadoras de nossa literatura, o *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão: “Pipoca chamam ao milho/ Que jogado à brasa quente/ Rebenta em brancas flores”.

Que as comemorações do dia 19 de abril, mesmo que se deem apenas uma vez ao ano, sirvam para cutucar (de *kutuk* ou *mbotug*: mutuca que fura) um tiquinho (de *tykyra*: gota, pingo) nossa memória.

*Diretor de Conservação e Restauração

^ Para saber mais:

- FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: Record, 1992. 28ª ed.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995/1996.
- Vasconcelos, Diogo de. História antiga de Minas Gerais. 3ª. ed., 2 vols., Itatiaia/ I. N. do Livro, Belo Horizonte/Brasília, 1974.
- Glossário indígena: <http://www.numaboa.com.br/glossarios/indigenas>

O lendário Sete Orelhas



Minas Gerais é cheia de causos e lendas. Apresentamos aqui a história de Januário Garcia Leal, o Sete Orelhas, que foi tema de ações desenvolvidas no município de São Bento Abade, dentro da programação da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural nos últimos anos. Em 2009, foi organizado o Tributo ao Lendário Januário Garcia Leal; e em 2011, foi realizado o Festival Cultural Sete Orelhas e uma visita guiada à Figueira do Tira Couro. O causo é tão forte na região que a cidade, localizada a 280 quilômetros de Belo Horizonte, ficou conhecida por “Terra do Lendário Sete Orelhas”.

Januário Garcia Leal, filho do açoriano Pedro Garcia Leal e da paulista Josefa Cordeiro Borba, nasceu em Jacuí, em 1761, e ficou conhecido como um dos mais terríveis facinoras do interior do Brasil. Alguns chegam a considerá-lo ainda mais malvado do que Lampião! O fazendeiro vivia na propriedade chamada Ventania, em Alpinópolis, sul de Minas. Em 1802, foi nomeado Capitão de Ordenanças do Distrito de São José e Nossa Senhora das Dores (hoje, Alfenas).

Era um cidadão pacato, até uma tragédia mudar o rumo de sua vida. Seu irmão João Garcia Leal foi morto, na localidade de São Bento Abade, de forma cruel. Sete homens, filhos de importante fazendeiro local, o amarraram, nu, em uma figueira, matando-o a sangue frio e retirando toda a pele de seu corpo.

Como a Justiça da época colonial se mostrasse indiferente à barbárie, Januário, juntamente com seu irmão caçula, Salvador, e seu tio, Mateus Luís Garcia, assumiu a tarefa de localizar e punir os

Em Minas Gerais, nos séculos 18 e 19, o corte de membros e orelhas de escravos fugitivos não era uma punição rara, sendo prevista, inclusive, pela legislação da Capitania, a partir de 1741. Como os assassinos eram filhos de um poderoso fazendeiro local, Januário pode ter adotado esse “castigo” como forma de humilhação, simbolicamente reduzindo-os à condição de escravos mutilados.

Outra explicação é que Januário colecionou os mórbidos troféus meramente para provar a morte de cada um dos assassinos, comprovando, assim, o cumprimento de seu juramento de vingança.



assassinos. Teve início uma perseguição feroz, movida pela decisão de Januário de não somente matar os criminosos, mas também decepar-lhes uma orelha, salgando-as e as juntando em um macabro cordão que exibia publicamente.

Somente depois de decepada a orelha do último criminoso a ser encontrado, numa busca que conta-se ter durado seis anos, Januário sossegou. Até esse momento, parte da Capitania de Minas Gerais ficou à mercê da fúria dos vingadores, que desafiavam magistrados e milicianos, tendo sido necessária a intervenção de d. João VI, regente de Portugal, determinando sua perseguição.

Segundo a tradição oral, o Sete Orelhas teria morrido por causa de um acidente ocorrido numa porteira. Ironicamente, o trauma que ocasionou sua morte atingiu uma de suas orelhas, fraturando seu crânio e queixo. Sua morte, em 16 de maio de 1808, foi registrada em Lages, localidade então pertencente à capitania de São Paulo, depois passando a pertencer a Santa Catarina, por alvará de D. João VI, em 1820.

| **Pesquisa** – A pesquisadora catarinense Tânia Arruda Kotchergenko localizou no Museu Histórico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 2006, o inventário de Januário Garcia Leal. O documento confirmou que, na época de sua morte, Sete Orelhas exercia a atividade de mercador, o que sugere que, depois de consumada a vingança, ele voltou à vida pacata junto à família.

^ Bibliografia

RIBEIRO DE ANDRADA, Martin Francisco. Januário Garcia – O Sete Orelhas. Drama em três atos e cinco quadros. São Paulo: Typographia do Governo, 1849.

SOUZA MIRANDA, Marcos Paulo de. Jurisdição dos Capitães – A História de Januário Garcia Leal e Seu Bando. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.

SOUSA, Benefredo de. Estórias ou História do sete Orelhas?!... 1973 (Reeditado em 1997).

TEIXEIRA DE MEIRELLES, José. A Vida de Januário Garcia, o Sete orelhas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Janu%C3%A1rio_Garcia_Leal